

Clíticos e preposições: a norma e o ‘normal’ em jornais paulistas (1900 a 1915)

(Clitics and prepositions: the standard Brazilian Portuguese and its
usage in *paulistas* newspapers (1900 to 1915))

Rosane de Andrade Berlinck¹, Caroline Carnielli Biazolli²

¹Departamento de Linguística – Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP)

²Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Universidade Estadual Paulista
‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP)

berlinck@fclar.unesp.br, carolbiazolli@yahoo.com.br

Abstract: This paper is based on the assertions of Theory of Linguistic Variation and Change and proposes a discussion about possible actions of linguistic norms over two variable phenomena in Brazilian Portuguese: the position of clitic pronouns associated with a single verb, and the use of prepositions with verbal complements indicating a “goal/recipient”. We intend to describe each phenomenon by analysing data selected from newspapers from São Paulo and Rio Claro published between 1900 and 1915. We compare the descriptions and evaluate the role played by the standard and the common usage which is (already) perceptible in the ‘paulistas’ published pages of that period.

Keywords: clitic pronoun; preposition; linguistic norms; linguistic variation and change.

Resumo: Pautado nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas, este artigo visa refletir sobre a possível ação das normas linguísticas sobre dois fenômenos variáveis do português brasileiro: a posição dos pronomes clíticos relacionados a um único verbo e o uso de preposições com complementos verbais que indicam uma “meta/recipiente”. Buscamos, pela análise de dados de jornais de São Paulo e de Rio Claro, entre 1900 e 1915, delinear um quadro para cada um dos fenômenos e, comparando-os, avaliar o papel desempenhado pela norma e o que de ‘normal’ (já) se pode apreender nas páginas paulistas da época.

Palavras-chave: pronome clítico; preposição; normas linguísticas; variação e mudança linguísticas.

Introdução

O presente estudo tece reflexões sobre as relações entre normas, variação e mudança linguísticas a partir da análise de dois fenômenos comprovadamente variáveis na história do português brasileiro (doravante PB): a posição dos pronomes clíticos, relacionados a um único verbo, e o emprego de preposições junto de complementos verbais que portam um valor semântico geral de “meta/recipiente”, enfatizando-se os seus usos não-normativos. Adotamos o arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; LABOV 1972, 1994, 2001), que defende o caráter inerentemente heterogêneo e variável das línguas. Sabemos, porém, que o percurso da mudança não é linear, que os processos seguem ritmos variados no sistema linguístico, na comunidade e no espaço geográfico. Um dos aspectos que, a nosso ver, desempenha um papel importante e ainda pouco avaliado nesses processos é o efeito das inter-relações das normas linguísticas que circulam na sociedade, relações estabelecidas por meio de seus instrumentos de construção e manutenção.

Como apontado em Faraco (2008), a noção de norma tem uma natureza plural, abarcando manifestações diferentes, que podem ser identificadas como *norma culta*,

norma padrão, norma gramatical, normas populares (ou não-prestigiadas). A expressão *norma culta*, segundo esse autor (2008, p. 73), “designa o conjunto de fenômenos lingüísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita”. Para ele, enquanto a *norma culta* é a expressão objetiva utilizada por certos grupos sociais, em determinadas situações, o termo *norma padrão* indica “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização lingüística” (FARACO, 2008, p. 75).

Quanto à *norma gramatical*, conjunto de fenômenos lingüísticos apresentado, primeiramente, pelos gramáticos da segunda metade do século XX, conforme Faraco (2008), é o resultado da flexibilização dos juízos normativos, quebrando, pelo menos em parte, a rigidez da tradição desmedidamente conservadora. A *norma gramatical* pode ser compreendida como consequência do contato entre o que está prescrito na *norma padrão* e o que é, de fato, o uso corrente – por parte dos letrados, em situações lingüísticas monitoradas –, abarcado pela *norma culta*. Por fim, a expressão *normas populares (ou não-prestigiadas)* é empregada para representar todas as variedades lingüísticas que caracterizam os grupos sociais desprestigiados do Brasil.

De modo a avaliar tais relações, optamos por coletar os dados em textos jornalísticos, uma vez que, a nosso ver, esse tipo de produção constitui um espaço privilegiado para analisarmos processos de implementação de mudanças. Trata-se de textos públicos, que tanto atuam sobre os componentes da situação sócio-histórica à qual estão vinculados, quanto sofrem influências dessa situação. Têm, assim, um duplo papel de agente e paciente. Parece-nos que essa dualidade faz deles fontes muito ricas para se avaliar a expressão da *norma (lingüística) prescritiva* – socialmente prestigiada – e, ao mesmo tempo, detectar características inovadoras da(s) *norma(s) objetiva(s)*, que, de tão presentes no uso, começam a ser incorporadas à escrita. Ou seja, o vínculo que mantêm com a realidade social, condição de sobrevivência para o jornal, determina que os textos sejam dinâmicos, podendo, em certo grau, refletir a dinamicidade da língua.

Pautados nos pressupostos até aqui apresentados, para a composição do *corpus* de análise, lançamos mão de dados provindos de dois jornais paulistas: *O Estado de S. Paulo*, publicado em São Paulo – capital, e *O Rio Claro*, publicado na cidade de mesmo nome, na região central do estado de São Paulo, entre os anos de 1900 a 1915. O período abarcado pelo fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que datou a passagem da Monarquia para a República, constituiu-se em uma fase marcada pelo convívio, nem sempre harmônico, de duas tendências: uma europeizante e outra nacionalista. Esse convívio/confronto se materializou até mesmo em embates de natureza lingüística. Nesse cenário, estabelecemos um recorte temporal de acordo com a disponibilidade do material a ser consultado.¹

Nesse momento inicial de consolidação e expansão da imprensa no Brasil, almejamos verificar o que aparece nas páginas dos jornais: a obediência aos ditames da norma de inspiração lusitana ou indícios de uma norma brasileira, que seria simultaneamente veiculada e construída nessas mesmas páginas?

¹ Em relação aos jornais rioclaresenses, apenas o periódico *O Rio Claro* mantém uma linearidade cronológica, limitada entre os anos de 1900 e 1915. Buscando a comparabilidade com o jornal paulistano, estabelecemos o mesmo recorte para o *Estado*.

A posição dos clíticos pronominais

São muitos os trabalhos que tratam dos clíticos pronominais, inclusive quanto à posição que ocupam numa oração. Pode-se encontrar uma vasta bibliografia em que são retratados, ora tomados por sua face fonológica, ora por sua natureza morfossintática, nas gramáticas da língua portuguesa e nos mais variados estudos linguísticos. Isso porque, “sem dúvida, o tema da ordem dos clíticos é ‘fértil’ para diversas especulações científicas na busca de respostas a questões advindas da interface gramatical. Trata-se de uma *aventura* em que o *retorno* é garantido, mas certamente para novas *partidas*” (VIEIRA, 2002, p. 408).

Neste estudo, como anteriormente mencionado, consideramos que, no correr dos séculos XIX e XX, a norma escrita brasileira buscou se identificar com o padrão lusitano, fixando-se, entre outros fenômenos, quanto à “famigerada” questão da colocação pronominal, determinadas regras, sem qualquer esforço de investigação, mas na base do mais puro arbítrio. Assim, referente à posição dos clíticos pronominais, no período referido (1900 a 1915), buscamos identificar, a partir da análise dos dados provenientes dos jornais da cidade de São Paulo e da cidade de Rio Claro, no PB, uma sintaxe que espelhava os usos do Português Europeu (doravante PE), ao mesmo tempo em que, devido à natural coexistência das normas linguísticas, infringisse determinadas prescrições da *norma-padrão*.²

Desse modo, foram examinados, minuciosamente, exemplares dos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Rio Claro*, de 1900, 1905, 1910 e 1915, a fim de que fosse verificada a posição dos pronomes clíticos, adjungidos a um único verbo, referentes à primeira, segunda e terceira pessoas do singular e do plural, não-reflexivos e reflexivos, podendo exercer diferentes funções sintáticas.

Com o intuito de que fossem apurados, nas orações extraídas dos exemplares em questão, os usos normativos e não-normativos, julgamos necessário, primeiramente, levantar os principais pontos discutidos acerca da posição dos pronomes clíticos, presentes nas gramáticas normativas. Na sequência, então, tal levantamento é explicitado.

O que diz a norma padrão

Muitas gramáticas normativas (doravante GNs) afirmam em seus prefácios serem descritivas ou haverem tentado reunir, para a produção do compêndio em questão, preocupações descritivas e normativas em relação ao estudo da língua (PEREIRA, 1956 [1907]; SAID ALI, 1964 [1927]; ROCHA LIMA, 2000 [1957]; BECHARA, 2001 [1960]; CUNHA, 1970; CUNHA, CINTRA, 2001 [1985]).³ No entanto, a partir do material consultado, podemos apontar ainda para a predominância de recomendações de como se falar e se escrever bem; em outras palavras, nas GNs, por mais que os estudiosos afirmem incorporar registros de usos reais, o que se observa é, em escala maior, a tentativa de coibir a prática linguística viva dos falantes.

No que concerne à posição dos clíticos pronominais, há um consenso entre esses autores ao adotar que “a posição normal dos pronomes átonos é depois do verbo (ênclise)”

² A saber, referente a construções com um único verbo, a generalização da próclise, implementando-a em contextos de ausência do elemento proclisador e, até mesmo, em contextos de início absoluto de oração e o uso do pronome enclítico, em orações com a presença do elemento proclisador.

³ Embora reconheçamos Said Ali como um historiador da Língua Portuguesa, as considerações feitas pelo autor, aqui expostas, encaixam-se com os comentários oriundos das gramáticas normativas elencadas nesta subseção.

(ROCHA LIMA, 2000, p. 450). Acrescentam, ainda, ser essa uma questão de fonética sintática. Segundo Said Ali (1964, p. 204), “certas causas de ordem fonética podem entretanto determinar o deslocamento das referidas formas pronominais para antes do verbo”.⁴ Justificam-se, assim, as divergências em relação a esse tema entre o PB e o PE, já que “a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses” (SAID ALI, 1964, p. 205).

Dentre as regras referentes ao clítico pronominal adjungido a um único verbo, em determinada forma finita, sempre reiteradas nessas GNs, estão as descritas no quadro a seguir.

Quadro 1. Regras prescritas nas GNs, dos séculos XIX a XXI, referentes à colocação pronominal com formas verbais finitas

COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS - Século XIX / Século XXI	
<p>A- A posição normal é o pronome átono estar depois do verbo. Tal fato se dá:</p> <p>a) quando o verbo abrir o período: - <i>Cosi-me</i> muito à parede, e <i>vi-o</i> passar com as suas calças brancas e engomadas... (Machado de Assis). (CUNHA, 1970, p. 221);</p> <p>b) quando o sujeito vier imediatamente antes do verbo, em orações afirmativas ou interrogativas: - O combate <i>demorou-se</i>. (ROCHA LIMA, 2000, p. 450);</p> <p>c) nas orações coordenadas sindéticas: - <i>Estudam</i> ou <i>divertem-se</i>? (ROCHA LIMA, 2000, p. 450).</p> <p>B- É obrigatória a próclise:</p> <p>a) nas orações que contêm uma palavra negativa quando entre ela e o verbo não há pausa: - Não <i>me</i> parece; acho os versos perfeitos. [MA. 1, 69]. (BECHARA, 2001, p. 589);</p>	<p>b) em orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos: - Quantos <i>lhe</i> dá? [MA. 1, 97]. (BECHARA, 2001, p. 589); - Quando <i>o</i> verei novamente? (CUNHA, 1970, p. 221);</p> <p>c) em orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações que exprimem desejo: - Que o vento <i>te</i> leve os meus recados de saudade! (F. Namora, RT, 89). (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 310); - Deus <i>o</i> proteja, amigo! (CUNHA, 1970, p. 222);</p> <p>d) nas orações subordinadas: - É clara e arrepiada a casa [para onde <i>nos</i> mudamos]. (ROCHA LIMA, 2000, p. 452);</p> <p>e) com advérbios e pronomes indefinidos, sem pausa: - Sempre <i>me</i> recebiam bem. (BECHARA, 2001, p. 589); - Todos os barcos <i>se</i> perdem, entre o passado e o futuro. (Cecília Meireles) (CUNHA, 1970, p. 223).</p>

Embora as GNs tentem salientar determinadas diferenças, na fonética, na morfologia e na sintaxe, entre o PB e o PE, estas são feitas de modo comedido, identificando-se, ainda, uma tendência irrestrita às normas portuguesas; negando-se, assim, muitas vezes, a realidade linguística brasileira. Mesmo que as GNs indiquem a alternativa, vitoriosa, no falar do Brasil, de se iniciar o período com o clítico e a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação, pouco demonstram no sentido de valorizar essas particularidades, reforçando, sempre, a ideia de que os bons escritores adotam as prescrições conservadoras.

⁴ “[...] me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as [...]” (SAID ALI, 1964, p. 204).

Resultados⁵

Os resultados obtidos, quantificados pelo programa estatístico GOLDFARB-X, a partir de análises unidimensionais, totalizaram uma soma de 422 ocorrências de clíticos pronominais. A tabela, a seguir, evidencia a distribuição dos dados de acordo com a localidade dos jornais em que aparecem.

Tabela 1. Distribuição geral das ocorrências de clíticos pronominais nos jornais das cidades de São Paulo e de Rio Claro, de 1900 a 1915

	Jornais/São Paulo	Jornais/Rio Claro	Total
Lexias Verbais Simples	220	202	422

Em Biazolli (2010), dentre outras variáveis independentes linguísticas selecionadas, pelo programa, como significativas para a motivação da posição dos pronomes clíticos nas orações que continham um único verbo, destacaram-se *a presença ou ausência de elemento proclisador na oração* e *o verbo hospedeiro do pronome clítico em início, ou não-início, absoluto na oração*. Além desse fato, optamos por fazer menção a esses dois contextos, uma vez que, de acordo com as prescrições que os envolvem nas GNs, torna-se evidente a oposição entre os seus usos normativos e não-normativos. A seguir, cada uma dessas variáveis é detalhada.

Presença, ou ausência, de elemento proclisador na oração

O comportamento dos clíticos variou, consideravelmente, segundo a existência, na oração, de um elemento proclisador. Quando não presente, o uso do pronome enclítico, na maior parte das vezes, foi a opção escolhida, revelando maior tendência à obediência da norma-padrão.

As tabelas a seguir, 2 e 3, apresentam os resultados, bastante semelhantes, averiguados nos jornais paulistas analisados.

Tabela 2. Número de ocorrências dos pronomes clíticos em lexias verbais simples, de acordo com a presença, ou ausência, de elemento proclisador na oração, nos jornais da cidade de São Paulo, de 1900 a 1915

	Próclise		Ênclise		Total
Presença	83		21		104
Ausência	7		109		116
Total	90	40,9%	130	59,1%	220

⁵ Os resultados, aqui apresentados, compõem, junto a outros, parte do estudo de Biazolli (2010), em que a autora, sob as proposições da Linguística Histórica e da Sociolinguística Variacionista, averigua a posição dos clíticos pronominais, adjungidos a um único verbo ou a mais de um verbo, em orações presentes em textos jornalísticos produzidos nas cidades de São Paulo e de Rio Claro, no período que abrange o final do século XIX e o início do século XX, em particular, entre os anos de 1880 a 1920.

Tabela 3. Número de ocorrências dos pronomes clíticos em lexias verbais simples, de acordo com a presença, ou ausência, de elemento proclisador na oração, nos jornais da cidade de Rio Claro, de 1900 a 1915

	Próclise		Ênclise		Total
Presença	88		39		127
Ausência	6		69		75
Total	94	46,5%	108	53,5%	202

No entanto, devemos ressaltar, nos dados dos jornais de ambas as localidades, o fato de haver casos em que se verificou o uso do pronome enclítico, mesmo com a presença do elemento proclisador na oração – cf. exemplos de 1 a 4, em que o elemento atrator do pronome clítico aparece sublinhado.

- (01) Em injeção a Lugolina cura qualquer gonorrhéa em pouco tempo desde que sigam-se á risca os conselhos [...]. (*O Estado de São Paulo*, 1900)
- (02) E' grande pechincha pois vende-se por pouco mais de um conto de réis tudo [...]. (*O Estado de São Paulo*, 1910)
- (03) Sou filho desta terra onde sou bastante conhecido e até hoje, graças a Deus, ninguem rio-se a minha custa, por espectáculo que eu dêsse em estado interessante pelas ruas. (*O Rio Claro*, 1900)
- (04) [...] e desinteressadamente salvou-me da morte. (*O Rio Claro* 1900)

Cabe ressaltarmos que, na história do português, sempre houve a obrigatoriedade, prescrita nos compêndios gramaticais, do uso da próclise nos contextos com uma série de elementos – partículas negativas, pronomes indefinidos, interrogativos e relativos, conjunções subordinativas e coordenativas, advérbios, preposições e orações optativas –, que ficaram assim nomeados *operadores de próclise*. Segundo Cavalcante, Duarte e Pagotto (no prelo), casos com ênclise, mesmo na presença de operador de próclise na oração, merecem uma reflexão mais cuidadosa. Para eles, “uma primeira impressão é a de que seriam fruto de hipercorreção, ou seja, uma tentativa de chegar à gramática alvo, cujo funcionamento estilístico, no período, apontaria para a ênclise” (CAVALCANTE, DUARTE, PAGOTTO, no prelo).

Os autores ainda acrescentam:

No caso de falantes produtores de textos escritos sem maiores pretensões literárias, é de imaginar que a disseminação da ênclise nos contextos de operador de próclise entre textos impressos em geral (aliada, obviamente à ausência da sensibilidade sintática à atuação dos fatores sintáticos de próclise, ausentes na gramática internalizada) funcionasse como um modelo abonador, em confronto com os limites impostos pelas regras sintáticas do português europeu moderno. (CAVALCANTE, DUARTE, PAGOTTO, no prelo)

Embora a ênclise fosse tida, e por uma notável maioria ainda hoje é conservada, como a posição normal dos pronomes átonos, inclusive quando o sujeito vier imediatamente antes do verbo, em orações afirmativas, nos jornais analisados também foi evidenciado o uso proclítico em contextos em que não havia a presença do elemento proclisador (cf. exemplos 5 a 8).

- (05) A alternativa, no entanto, se dissipa logo no contexto irrefragavel do livro [...]. (*O Estado de São Paulo*, 1910)

- (06) O sabonete Rifger, conhecido ha mais de 10 annos, **se impõe** como o melhor para o banho [...]. (*O Estado de São Paulo*, 1915)
- (07) O honrado negociante desta praça, sr. Francisco Pereira dos Santos, **nos obsequiou** com duas garrafas do excellente vinho verde [...]. (*O Rio Claro*, 1900)
- (08) Como quer que seja, a recorrente **se baseia** em um contracto. (*O Rio Claro*, 1905)

Desse modo, podemos apontar inovações referentes à norma padrão vigente naquela época e que vigora até os dias atuais.

Verbo hospedeiro do pronome clítico em início, ou não-início, absoluto na oração

Nos resultados provenientes dos jornais de São Paulo, em contextos de início-absoluto, a posição enclítica do pronome átono foi categórica, assim como está prescrito nos estudos normativos; por outro lado, nos dados referentes aos jornais rioclarenses, nesse mesmo contexto, notamos a realização *quase* categórica do pronome enclítico. Em não-início absoluto, verificamos a possível alternância entre próclise e ênclise – como mostram os números nas tabelas abaixo.

Tabela 4. Número de ocorrências dos pronomes clíticos em lexias verbais simples, de acordo com o verbo hospedeiro do pronome clítico em início, ou não-início, absoluto na oração, nos jornais da cidade de São Paulo, de 1900 a 1915

	Próclise		Ênclise		Total
Não-Início	90		38		128
Início	0		92		92
Total	90	40,9%	130	59,1%	220

Tabela 5. Número de ocorrências dos pronomes clíticos em lexias verbais simples, de acordo com o verbo hospedeiro do pronome clítico em início, ou não-início, absoluto na oração, nos jornais da cidade de Rio Claro, de 1900 a 1915

	Próclise		Ênclise		Total
Não-Início	92		62		154
Início	2		46		48
Total	94	46,5%	108	53,5%	202

Desse modo, devemos destacar, embora em número bastante restrito, representando o percentual de 4,2%, o aparecimento dos pronomes proclíticos em início absoluto em duas orações presentes nos jornais de Rio Claro, como exemplificado abaixo.

- (09) Finalmente no parecer da Comissão do Senado se affirmou que a recorrente [...] ficaria impossibilitada de amortizar o capital e juros do emprestimo que Miguel Rinaldi fez a Camara [...]. Entretanto, **se verifica** pelo doc. n. 5 que a amortização do dito emprestimo está suspensa por cinco annos. (*O Rio Claro*, 1905)
- (10) [...] é preciso que os senhores vereadores attendam as condições preliminares afim de que uma vez approved o contracto, **se comprehenda** a approvação d'essas mesmas condições. (*O Rio Claro*, 1910)

Tal comportamento, transgredindo os preceitos impostos pelas instituições normativas, apontou um caráter relevante, e inovador, da realidade linguística do PB: o uso da próclise em primeira posição na oração, produto de uma norma linguística brasileira.

A preposição introdutora de complementos verbais

A escolha da variação de preposições como um dos fenômenos a ser avaliado neste estudo se justifica pela constatação de que esse aspecto talvez possa constituir uma particularidade do PB, frente ao PE. Essa percepção, que ainda espera por uma sistemática comparação entre as duas grandes variedades do português que a confirme ou não, resulta de vários estudos recentes sobre o PB (sincrônicos e diacrônicos), que descrevem tendências ao apagamento e à substituição de preposições ou à especialização de sentidos expressos por tais elementos (BERLINCK, 1996, 1997, 2000, 2001, 2007, 2009; MOLLICA, 1996; CASTILHO, 2004; GUEDES, BERLINCK, 2003; GOMES, 2003; TORRES-MORAIS, BERLINCK, 2006).

Entre os contextos de variação identificados, as construções de complementação verbal que incluem complementos preposicionados com um valor semântico geral de “meta/recipiente” revelam uma forte tendência à substituição da preposição **a** pelas preposições ditas ‘fortes’ **para**, **em** e **até**. Esse processo, já surpreendido, ainda que marginalmente, em textos quinhentistas (BERLINCK, 2007), aparece de forma mais acentuada em textos oitocentistas (BERLINCK, 2000).

Estudos sobre o emprego de preposições na língua falada atual (MOLLICA, 1996; BERLINCK, 1997; GOMES, 2003) revelaram que o uso da preposição **a**, em geral, soa pouco natural no PB falado coloquial, tendendo a ficar restrito a registros formais ou à língua escrita (ressalvadas as diferenças entre variedades regionais do português, no Brasil). Esses constituem um dos “nichos de resistência” da preposição conservadora. Nesse caso, a “resistência” está associada às instâncias defensoras e mantenedoras da norma gramatical: escola, instituições que cultivam um uso linguístico conservador, gramáticas, gramáticos e “gramatiquinhos”. Paralelamente, tanto na modalidade coloquial, como em um padrão real, a preferência recai sobre as preposições fortes.

Esse quadro sugere uma mudança em fase final de implementação no fim do século XX. Mas o conjunto de estudos ainda não permite traçar todo o percurso do processo – a primeira metade do século XX é ainda um período pouco caracterizado. Esses estudos também não levam em conta o possível papel da pressão normativa sobre esse processo (aspecto sem dúvida muito importante se considerarmos que a fonte de dados é essencialmente escrita e, portanto, muito mais sujeita do que a fala às imposições da norma).

É esse embate norma-uso que estamos focalizando em nosso estudo. No que se refere às preposições, o campo de batalha inclui construções como as ilustradas em (11 – 14), que apresentam predicadores de *direção* (11), *movimento com transferência* (12), *transferência material* (13) e *transferência verbal/perceptual* (14) (BERLINCK, 1996):

- (11) Eu vou **ao banco/ para o banco/ no banco**.
- (12) Não traga seu cachorro **para a praia/ à praia/ na praia**.
- (13) Joana mandou livros e roupas **para seus pais/ a seus pais**.
- (14) Maria contou uma piada ótima **para o João/ ao João**.

De modo a poder avaliar em que medida usos não-normativos, não previstos ou recomendados pela norma-padrão, já emergem nos textos jornalísticos do período estudado, sintetizamos a seguir a visão das GNs sobre o uso de preposições.

O que diz a norma padrão

Nos contextos de complementação focalizados aqui, a tradição normativa estabelece o emprego da preposição **a** como predominante, recomendado, e, na maior parte das vezes, prescrito como o único adequado. É o que temos sintetizado no quadro 2.

Quadro 2. Regras prescritas nas GNs, dos séculos XIX a XXI, referentes ao emprego de preposições em contextos de complementação verbal

EMPREGO DE PREPOSIÇÕES - Século XIX / Século XXI	
<p>1 – As preposições A, PARA e ATÉ denotam “a relação de um termo ou lugar para onde tende ou se dirige um movimento ou acção” (RIBEIRO, 1955 [1890]) ou o sentido geral de “movimento de aproximação ao ponto de chegada” (BECHARA, 2001).</p> <p>2 – Cada uma delas indica uma nuance diferente de sentido (RIBEIRO, 1955; PEREIRA, 1956; MARTINS, 1997; BECHARA, 2001):</p> <p>Vou ao Rio de Janeiro [e volto dentro de poucos dias]. (→ termo próximo, deslocamento rápido, provisório, chegada ao limite)</p> <p>Vou para meu país [acabar o resto da minha velhice]. (→ termo remoto, permanência, deslocamento demorado ou definitivo, mera direção)</p> <p>Desceu até o lugar mais profundo da gruta. (→ termo ou ponto de chegada, limite).</p>	<p>3 – A preposição EM denota estado, repouso ou quietação (RIBEIRO, 1955). “Indica lugar <i>onde</i>. É incorreto fazê-la indicar lugar <i>para onde</i>” (PEREIRA, 1956). Assim, com verbos de movimento deve-se usar a e não em: Fui ao teatro (e não no); Cheguei à cidade (e não na) (MARTINS, 1997).</p> <p>4 – Os chamados complementos indiretos de verbos do tipo de <i>dar</i>, <i>enviar</i>, <i>informar</i>, <i>escrever</i>, <i>consagrar</i>, <i>causar</i> (denominados ‘verbos transitivo-relativos’ por Pereira (1956)) <u>exigem</u> a preposição a: Ele deu uma esmola a um pobre. (MARTINS, 1997; BECHARA, 2001)</p>

Embora nas seções dedicadas aos valores das preposições, os manuais revelem uma gama ampla de sentidos que são veiculados por esses elementos, sentidos muitas vezes comuns entre algumas delas (como a ideia de *termo do movimento*, que é atribuída às preposições **a**, **para**, **até**), ao tratar de complementação verbal vemos uma tendência a enfatizar uma especificidade semântica que motiva o uso de uma ou outra (regras 1 e 2) ou a prescrição do uso da preposição **a** (regras 3 e 4).

Alguns poucos autores mencionam a possibilidade do uso de **para** encabeçando o objeto indireto (PEREIRA, 1956; ROCHA LIMA, 2000; BECHARA, 2001), ela é apresentada como um uso secundário, menos frequente ou indicado, o que fica patente por meio de expressões do tipo “às vezes, *para*” ou “só raramente acontece” e pelos exemplos selecionados para ilustrar a regra, sempre incluindo a preposição **a**.

Resultados

A análise dos dados encontrados nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Rio Claro* revela uma tendência geral a seguir as indicações normativas. Não foram observados casos de complementação com a preposição **em**, mais um indício da obediência à norma-padrão. Os resultados que discutiremos, então, se restringem a dados de alternância entre as preposições **a** e **para**, em contextos variáveis. Os índices gerais são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Variação de preposições em contexto de complementação verbal nos jornais das cidades de São Paulo e de Rio Claro, de 1900 a 1915

	Jornais/São Paulo	Jornais/Rio Claro
Preposição A	74%	85%
Preposição PARA	26%	15%
Total	164	59

Se considerarmos que a norma-padrão é bastante rígida na indicação da preposição **a** como a mais adequada, os percentuais de uso de **para** se mostram bastante significativos. Um refinamento que leva em conta o *tipo semântico do predicador* e do *complemento* nos permite identificar os contextos específicos em que está sendo usada a preposição **para**. Como vemos por meio da distribuição dos dados apresentada na Tabela 7, todos os tipos de predicadores ocorrem com a preposição inovadora, exceção feita aos predicadores de *transferência verbal/perceptual*.

Tabela 7. Frequência da preposição A em complementos verbais segundo o tipo de predicador⁶

	O Estado de S.Paulo		O Rio Claro	
	%	N	%	N
Direção	62%	(26/42)	-	-
Movimento com transferência	29%	(6/21)	-	-
Transferência material	79,5%	(35/44)	79%	(23/29)
Transferência verbal/perceptual	100%	(44/44)	94,5%	(17/18)

Ao avaliarmos a *natureza semântica do complemento* emerge, como traço fortemente associado ao uso de **para**, a referência a ‘lugar’, em oposição a ‘animado/humano’ e ‘instituição’ (Tabela 8).

Tabela 8. Frequência da preposição A em complementos verbais segundo a natureza do complemento (OI)

	O Estado de S.Paulo		O Rio Claro	
	%	N	%	N
Lugar	37%	(22/59)	-	-
Animado [Humano]	94,5%	(67/71)	95%	(39/41)
Instituição	100%	(16/16)	-	-

Uma correlação entre as duas variáveis – *tipo de predicador* e *natureza semântica do complemento* – acentua e confirma os contextos identificados como aqueles em que não se observa uma obediência estrita da norma-padrão: nos dados d’*O Estado de São Paulo*, quando o referente do complemento denota um ‘lugar’, temos a preposição **para** em 47% dos casos com predicador de *direção*, em 79% dos casos com predicador de *movimento com transferência* e em 100% dos casos com predicador de *transferência material*. Já os complementos que se referem a uma entidade ‘animada/humana’ ocorrem quase que exclusivamente com a preposição **a**; apenas entre os casos com predicador de *transferência material* temos um índice de 9% de **para** (correspondendo a 3 ocorrências).

⁶ Nos exemplares d’*O Rio Claro* não encontramos um número significativo de dados com predicadores de *direção*, *movimento com transferência* e *movimento abstrato*.

Vamos observar mais de perto os contextos que fogem à expectativa ditada pela norma.

Um dos preceitos normativos se refere a uma certa especialização das preposições **a**, **para** e **até** quando empregadas para se referir ao “termo ou lugar para onde tende ou se dirige um movimento ou ação”. Essas construções envolvem, grande parte das vezes, um complemento indicativo de ‘lugar’ e é justamente nesses casos que se destaca a associação entre o uso de **para** e um sentido de ‘permanência’ ou de ‘termo remoto’, em oposição a ‘não-permanência’ e ‘termo próximo’, que seriam marcados por **a**. Se considerarmos os exemplos (15-16), de fato, somos levados a associar a **para** os valores descritos nas GNs.

- (15) Miguel Baptista Carneiro de Macedo, retirando-se temporariamente **para a Europa** deixa como seu bastante procurador o Sr. João Baptista Carneiro de Macedo. (*O Estado de S. Paulo*, 02/01/1900 – gênero Avisos).
- (16) Parteiras
Madame Anna Contaldi, parteira da primeira classe, formada pelas Faculdades de Napoles, e plenamente pela do Rio de Janeiro. Recebe parturientes em pensão, chamados a qualquer hora do dia e da noite e vae também **para o interior**. (*O Estado de S. Paulo*, 02/01/1900 – gênero Anúncios)

Por outro lado, observamos que essa interpretação de ‘permanência’ e de ‘distanciamento’ não é exclusiva de construções com **para**, o que, no mínimo, fragiliza a proposta das GNs e sugere que a leitura não dependa exclusivamente da preposição. É o que se vê em (17-20):

- (17) Araraquara
Regressaram **a essa cidade**, de volta da sua viagem a S. Paulo, os srs. drs. Flavio de Queiroz, juiz de direito desta comarca e Theodoro Dias de Carvalho Junior, presidente do Club da Lavoura deste município. (*O Estado de S. Paulo*, 02/01/1900 – gênero Notas)
- (18) O quinto delegado remetterá hoje **ao juízo criminal** o inquerito policial instaurado contra os indivíduos Antonio de tal e David de tal, que agrediram a faca e feriram levemente Abraão Narsi. (*O Estado de S. Paulo*, 03/01/1910 – gênero Notícias)
- (19) Professor
Laudelino de Oliveira, voltando **ao magisterio** e fixando residência nesta cidade, offerece os seus serviços aos srs. paes de família e outras pessoas que dele necessitarem. (*O Rio Claro*, 06/01/1910 – gênero Anúncio)
- (20) 10.000 moças e moços podem facilmente obter valiosos prêmios fazendo propaganda d’*O Echo*, revista de feição yankee e de leitura mais variada, que se publica no Brasil. Peçam hoje catalogo illustrado dos objectos que offerecemos aos nossos correspondentes e mata-borrão reclame, enviando este annuncio pregado a um bilhete postal com os seus endereços **á redacção d’O Echo**, caixa posta 398 – S. Paulo. (*O Rio Claro*, 20/01/1910 – gênero Anúncio).

Vimos também que em construções com um objeto indireto, que englobam os verbos *transitivo-relativos* ou o que estamos denominando *movimento com transferência*, *transferência material* e *transferência verbal/perceptual*, as GNs indicam o uso da preposição **a**. Embora não mencionem explicitamente, os exemplos usados para ilustrar a regra trazem um complemento que denota um ser animado, principalmente humano. Nossa análise (cf. Tabela 8) confirma a correlação entre a preposição **a** e complementos dessa natureza em construções que indicam uma ‘atribuição’. No entanto, também revela que tal correlação não é absoluta e que há variação mesmo nesse contexto de maior incidência da preposição conservadora, como vemos no seguinte exemplo colhido n’*O Estado*:

- (21) Os passaportes serão fornecidos: Na rua de Santa Thereza n. [...] **às pessoas que tenham de embarcar na Sorocabana**; na Secretaria da Agricultura, **para as que embarcarem na estação da Estrada Central** e na rua do Ca[...], edificio da escola modelo, **para as que embarcarem na Ingleza**. (*O Estado de S.Paulo*, 1900)

O emprego de **para** com complementos ‘humanos’ aparece em outros momentos, tanto n’*O Estado* como n’*O Rio Claro*, revelando nesses usos não-normativos a expansão de novos padrões que começam a ‘invadir’ os espaços da mídia, da voz autorizada pela norma:

- (22) Enviamos **para á distincta preceptora** os nossos parabens pelo adiantamento de suas alumnas [...]. (*O Estado de São Paulo*, 1910)
- (23) É bom lêr
O correspondente do “O Imperio”, nesta cidade, mandou **para aquelle collega** a seguinte correspondência: ‘Vae caminhando para a solução desejada a questão dos exgottos. (*O Rio Claro*, 1901)
- (24) Em companhia de amigos, tambem negociantes, dirigiu-se o abaixo assignado para conhecer os individuos que foram presos como gatunos. **Para todos** foi permitida a entrada e sómente a mim o sr. alferes mandou impedir a entrada. (...) Rio Claro, 26 de Maio de 1901. Francisco Grosso. (*O Rio Claro*, 1901)

Palavras finais: norma vs normal

Ainda que o decorrer do século XIX, principalmente as suas últimas décadas, e o início do século XX tenham sido marcados pela busca por uma identificação com o modelo europeu, adotando-se, também, a norma padrão do português de além-mar, para os mais diversos usos linguísticos, os dados nos revelaram uma das características essenciais de qualquer língua – a de que é infinitamente variada, não existindo uma norma única, mas sim uma pluralidade de normas, distintas segundo níveis sociolinguísticos e circunstâncias comunicativas.

Evidenciou-se que a língua que servia, e ainda serve, para a interação social dos brasileiros poderia ser um português bastante diferenciado do PE, falado em Portugal, e da norma padrão, principalmente pela ocorrência – ainda que em número bastante restrito –, no que concerne à colocação pronominal, do pronome átono em ênclise, mesmo com a presença do elemento proclisador na oração, e em início absoluto e, no caso das preposições, da preposição **para** com complementos verbais indicativos de meta/recipientes.

Os usos não-normativos que surpreendemos nas páginas dos jornais paulistas aparecem como sinais de um avançado processo de implementação de novos padrões de uso. Trata-se da ‘ponta de um iceberg’. O que se lê nos jornais deve estar já de há muito consolidado na fala, em contextos variados. Ainda que tenhamos encontrado poucas ocorrências desses usos brasileiros, seu valor para a caracterização da história da variedade brasileira é inestimável.

Como sabemos, a partir de estudos de descrição do PB, que esse se caracteriza pelo predomínio quase absoluto da próclise e por um uso bastante restrito da preposição **a**, os resultados da presente análise sinalizam um princípio de reconhecimento dessas variantes. Ao se tornarem públicos, por efeito de um ato consciente ou não do produtor do texto, torna-se pública (de todos) a informação de que é possível, está autorizado esse uso. Acreditamos que não se pode menosprezar o efeito que essa ‘autorização’ pode ter sobre o processo de renovação da norma. Se ainda observamos a resistência normativa

em muitos pontos (um deles justamente, eleito como bastião da norma, é a recusa ao uso da próclise em início absoluto de oração), queremos crer que essa resistência fica cada vez mais ‘ilhada’ nas GNs (e não em todas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. [1960]. 669 p.

BERLINCK, R. de A. The Portuguese Dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCK, W. (Eds.) *Case and Grammatical Relations Across Languages*. The Dative. v. I: Descriptive Studies. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 119-151.

_____. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL - CELSUL, 2, 1997, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2, 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2000. p. 210-220.

_____. Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do ‘dativo’ no português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, p. 159-175, jul-dez. 2001.

_____. Crônicas & relatos de viagem: fontes para o estudo da história da língua. In: MURAKAWA, C. de A.A.; GONÇALVES, M.F. (Orgs.) *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa* (Série Trilhas Linguísticas, 11). Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 11-27.

_____. Preposições em dois tempos: embates entre norma e uso no início dos séculos XX e XXI. In: ROSAE – CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 1, 2009, Salvador. *Caderno de Resumos*. Salvador: UFBA,UEFS,UEB, 2009. p. 162.

BIAZOLLI, C. C. *Clíticos pronominais no português de São Paulo: 1880 a 1920 – uma análise sócio-histórico-lingüística*. 2010. 230 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CASTILHO, A. T. Diacronia das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (Orgs.). *Sentido e Significação*. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-47.

CAVALCANTE, S. R. de O.; DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. G. *Clíticos no século 19: uma questão de posição social?* (no prelo).

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A, 1970. 509 p.

_____; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. [1985]. 724 p.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 207 p.

GOMES, C.A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003. p. 81-96.

GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A. Variação em complementos preposicionados no português paulista do século XIX. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 32, 2003. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/acomic.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. 344 p.

_____. *Principles of Linguistic Change*. v. 1: Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994. 641 p.

_____. *Principles of Linguistic Change*. v. 2: Social factors. Cambridge: Blackwell, 2001. 572 p.

MARTINS, E. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed., revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1997. 400 p.

MOLLICA, M. C. de M. A regência variável do verbo *ir* de movimento. In: OLIVEIRA e SILVA, G.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões Sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.147-167.

PEREIRA, C. E. *Gramática expositiva*. Curso superior. 97. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. [1907]. 429 p.

RIBEIRO, E.C. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*. 6. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. [1890]. 814 p.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 39. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. [1957]. 553 p.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964. [1927]. 628 p.

TORRES-MORAIS, M. A. C. R.; BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T. et al. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. VI: Novos dados, novas análises. Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 73-105.

VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português*. 2002. 441 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006. [1968]. 151 p.